



ESTADO DO TOCANTINS  
CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS  
Rua Dom Pedro I - S/Nº, Centro - Cep.: 77.960-000 - CNPJ nº 25.065.699/0001-07  
camaraaugustinopolis@gmail.com

---

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Projeto de Lei Complementar nº 006/2024, de 25 de novembro de 2024.**

**INICIATIVA:** Poder Executivo Municipal.

*Dispõe sobre Estruturação da Estrutura de Cargos em Comissão da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, e dá outras providências.*

## 1 – RELATÓRIO.

O Chefe do Poder Executivo apresentou a proposição que tem como a finalidade de adequar a Estrutura de Cargos em Comissão da Administração Pública Direta e Indireta Municipal.

Conforme o artigo 1º - A organização da Administração Pública do Município de Augustinópolis – TO, dar-se-á em consonância com as disposições constantes da Constituição da República, da Constituição do Estado do Tocantins e da Lei Orgânica do Município.

Sendo o objetivo o alcance dos indicados pela adoção das melhorias dos padrões de atendimento ao público bem como dividir adequadamente as tarefas a serem realizadas pelas diversas unidades administrativas do Município de Augustinópolis/TO, com definição clara de níveis de subordinações, competências, atribuições, limites de autonomia e responsabilidades para as Secretarias, os órgãos e unidades administrativas e também para os respectivos dirigentes, com a devida caracterização das relações de hierarquia, atendendo, com isso, aos comandos constitucionais com descrição das atividades dos cargos comissionados.

....

Pois bem.

## 2 – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS.



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS**  
Rua Dom Pedro I - S/Nº, Centro - Cep.: 77.960-000 - CNPJ nº 25.065.699/0001-07  
camaraaugustinopolis@gmail.com

Preliminarmente, cumpre registrar que compete ao Chefe do Executivo criar, modificar, extinguir e manter as denominações de cargos, e, ainda estabelecer as atribuições aos cargos, bem como solidificar políticas salariais, concedendo aumento, reposições salariais, entre outras atribuições, tudo nos termos dos artigos 37 e 39 da CRFB/1988.

Tratando-se o projeto em análise da finalidade de adequar a Estrutura de Cargos em Comissão da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, além de definir de forma clara os níveis de subordinações, competências, atribuições, limites de autonomia e responsabilidades para as Secretarias, os órgãos e unidades administrativas e também para os respectivos dirigentes, com a devida caracterização das relações de hierarquia, atendendo, com isso, aos comandos constitucionais com descrição das atividades dos cargos comissionados, bem como os requisitos para a sua investidura.

Ademais, a lei orgânica do Município, em seu artigo 40, e seus incisos, também estabelece que são de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis disponham sobre a criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e Autárquica ou aumento de remuneração, vejamos:

*Art. 40 – São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis disponham sobre:*

*I- Criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e Autárquica ou aumento de remuneração;*

*II- Servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;*



**ESTADO DO TOCANTINS**  
CÂMARA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS  
Rua Dom Pedro I - S/Nº, Centro - Cep.: 77.960-000 - CNPJ nº 25.065.699/0001-07  
camaraaugustinopolis@gmail.com

*III- Criação, estruturação e atribuições das Secretárias  
ou Departamentos equivalentes e Órgãos da Administração  
Pública.*

*IV- Matéria orçamentária, e a que autoriza a abertura  
de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.*

Diante disso, não há óbice quanto a questão constitucional do projeto. Pontua-se que a elaboração de leis no Brasil deve observar a técnica legislativa de acordo com o regramento previsto na Lei Complementar nº 95/1998, em obediência ao disposto no parágrafo único do artigo 59 da Constituição da República. No caso em análise, não há correções a serem feitas no texto.

### **3. EM CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a Comissão de Justiça e redação emite Parecer Favorável à tramitação do projeto de Lei Complementar nº 006/2024, de 25 de novembro de 2024.

Câmara Municipal de Augustinópolis, TO, Comissão de Justiça e Redação.

Augustinópolis/TO, 16 de dezembro de 2024.

**WAGNER MARIANO UCHÔA**

Presidente

**ÂNGELA MARIA SILVA ARAUJO**

Relatora

**JOSE AUGUSTO ARAUJO NETO**

Membro